



**34. JUSTIFICATIVA PARA NÃO REALIZAÇÃO DE LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E INCLUSÃO DE COTA RESERVADA (ATÉ 25% ME E EPP) ARTIGO 48, I E III DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006.**

34.1 A aplicação de licitação exclusiva ou com cota reservada para ME e EPP no presente processo poderá representar prejuízos ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado. Assim, a presente licitação não prevê cota exclusiva para ME ou EPP, com fundamento no artigo 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006, que assim dispõe:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:  
(...)

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

Dessa forma, é importante sopesar princípios pertinentes ao presente certame como o da competitividade, da economicidade e da eficiência, buscando-se a "proposta mais vantajosa para a administração", conforme é vislumbrado no artigo 3º da Lei n. 8.666/93.

Além disso, a Lei Complementar 123/2006 não desampara as ME/EPP, contemplando o critério de desempate ficto, oportunizando equilíbrio na disputa com as demais empresas:

Art. 44. Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Em síntese, realizar, o presente certame prevendo a possibilidade de exclusividade e de cotas para Microempresa ou Empresa de Pequeno porte poderá representar prejuízos financeiros de grande montante. A não aplicação do dispositivo, que prevê a obrigatoriedade, é atenuada com o disposto na própria Lei, que, em seu inciso II e III, do artigo 49 prevê a possibilidade da não aplicação já descrito.

Entende-se que a realização e a inclusão da cota reservada para ME e EPP trará desvantagem para o conjunto do objeto a ser licitado, uma vez que se abrirmos este processo para ampla competitividade poderemos comprar materiais produtos a preços muito mais vantajosos, considerando a complexidade do objeto.

Pautado ainda no fator pandemia do Coronavírus – Covid 19, que trouxe escassez de produtos, elevando consideravelmente os preços de mercado devido sua disponibilidade, caso fosse processada a licitação com exclusividade às ME ou EPP, poderemos ter diversos riscos na contratação, como: pagamento de preços elevados pela falta de competitividade na disputa, atrasos na entrega pela estrutura logística (estoques e poder de aquisição) de menor potencial das ME e EPP.

Nesses termos opta-se pelo processamento da licitação com a ampla participação das empresas de qualquer porte, mantendo os demais benefícios em favor das MEs e EPPs previstos no edital e legislação.

É o que tínhamos a justificar para o prosseguimento do certame, sem que seja realizado procedimento exclusivo, ou com cotas reservadas para Microempresas Empresas de Pequeno Porte.